

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DO MINERVA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **MINERVA S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, no prolongamento da Avenida Antonio Manço Bernardes, s/nº, Rotatória Família Vilela de Queiroz, Chácara Minerva - CEP 14781-545, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.620.377/0001-14, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.344.022, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

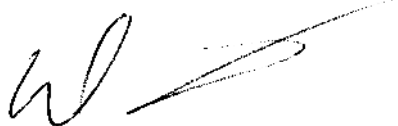
e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, conj. 514, CEP 22640-102, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada em conformidade com o disposto em seu estatuto social, por seus representantes legais ao final assinados ("Agente Fiduciário"); e

na qualidade de fiadora,

(c) **VDQ HOLDINGS S.A.**, companhia fechada, com sede na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na Avenida 43, n.º 100, sala 02, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.803.085/0001-58, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE: 35.300.344.031, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Garantidora"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, do Minerva S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização do Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 7 de julho de 2010 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Nos termos do artigo 19, inciso XVII, do Estatuto Social da Emissora, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata de RCA

A ata da RCA que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) nos Jornais "O Estado de São Paulo" e "Diário de Barretos".

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, bem como na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão registrada na JUCESP em 5 (cinco) dias após a obtenção do registro.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo distribuição as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09.

2.5. Registro da Garantia

2.5.1. A presente Escritura de Emissão em função da garantia fidejussória prestada, será registrada nos cartórios de títulos e documentos das sedes das partes, conforme mencionado no item 4.19.8 desta Escritura de Emissão, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015/73.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

Nos termos do artigo 3º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a exploração da indústria e comércio de carnes, a agropecuária, sob todas as suas modalidades, inclusive a agroindústria, o que inclui (i) produzir, comprar, vender, importar e exportar carnes, miúdos, produtos e subprodutos derivados de bovinos, suínos, aves e outros animais; (ii) fundar, instalar e explorar matadouros, frigoríficos e estabelecimentos industriais destinados a elaborar e conservar, por qualquer processo de que sejam suscetíveis, as carnes e demais produtos provenientes de abate de gado de qualquer espécie; (iii) comprar, vender, importar ou exportar gado bovino, suíno, aves e outros animais em pé ou abatidos, bem como os produtos dos mesmos, quer em estado natural, quer manufaturados, quer manipulados de

qualquer forma ou maneira; (iv) construir e instalar, por conta própria ou de terceiros, máquinas e aparelhos destinados ao preparo de carnes e seus derivados; (v) explorar o negócio de armazéns gerais e depósitos, principalmente pelo frio, de carnes e seus derivados comestíveis e outros perecíveis; (vi) construir, dar ou exercer a agência ou representação de frigoríficos, entrepostos, fábricas e produtores; (vii) produzir, comprar, vender, importar e exportar pescados ou produtos comestíveis do mar; (viii) prestar serviços a terceiros; e (ix) praticar e realizar todos os atos jurídicos que tenham relação direta ou indireta com os objetivos sociais, além de poder explorar outros ramos que tenham afinidade com o seu objeto social, tais como (i) produzir e comercializar produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não se limitando a, alimentos para animais, produtos de graxaria, higiene e limpeza e cosméticos, derivados de curtimento e outras atividades relacionadas à preparação de couro; (ii) gerar e/ou produzir e comercializar energia elétrica e biodiesel; (iii) prestar serviços de transporte de mercadorias; e (iv) representar, distribuir, importar ou exportar produtos alimentícios em geral; bem como participar de outras sociedades, no País ou no exterior.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor nominal total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Valor Nominal Total").

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 400 (quatrocentos) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil das dívidas da Emissora, incluindo a liquidação antecipada da Nota de Crédito de Exportação de número 2.008.021-2, contratado junto ao Banco Bradesco S.A., e ao reforço de capital de giro.

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende ao limite previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez

que: (i) o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura, é de R\$251.615.066,99 (duzentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e quinze mil, sessenta e seis reais e noventa e nove centavos); e (ii) o valor total da Emissão é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

3.7. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.8. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (respectivamente "Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

3.9. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.10. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, devendo no primeiro caso, ser objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), bem como da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e do Banco Fator S.A. ("Banco Fator") (sendo o HSBC e o Banco Fator juntamente com o Coordenador Líder doravante designados "Coordenadores"), conforme contrato de coordenação, colocação e distribuição das Debêntures ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409" e "Investidores Qualificados", respectivamente), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 10 de julho de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Negociação

O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), sendo que a subscrição ou aquisição, nos termos da Instrução CVM 476, quando os investidores forem pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409, estará condicionada ao lote mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Instrução CVM 476. Para os demais investidores não será observado lote mínimo.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.



4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição, por meio dos procedimentos do SDT.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

4.8. Amortização do Principal

A partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, as Debêntures serão amortizadas anualmente em 10 de julho de cada ano, conforme indicado na tabela abaixo (cada data de pagamento de principal, "Data de Pagamento de Principal"):

| Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal* |
|---|
| 10 de julho de 2013 - 33,33% |
| 10 de julho de 2014 - 33,33% |
| 10 de julho de 2015- 33,34% |

* Os percentuais de amortização incidirão sobre o Valor Nominal Unitário de Emissão.



4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") correspondente à variação acumulada de 127% (cento e vinte e sete por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo ("Juros").

4.9.2. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. Os Juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, nos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada ano. Desta forma, o primeiro pagamento será devido em 10 de janeiro de 2011 e o último na Data de Vencimento ("Datas de Pagamento da Remuneração").

O cálculo dos Juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

Onde:

J = Valor dos Juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão não amortizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data do cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

n Número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;

p 127,00% (cento e vinte e sete por cento) aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente à Taxa Final;

TDI_k = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos e/ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora (no modo e nos termos previstos na Cláusula Sétima abaixo). Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Até a data do efetivo resgate serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

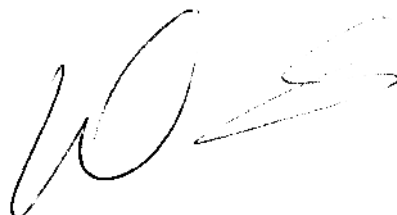
4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.11. Aditamento à presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

4.12. Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária Facultativa



4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total ou a amortização parcial das Debêntures nos termos da legislação aplicável, de acordo com o seguinte procedimento ("Resgate Antecipado" e "Amortização Parcial Facultativa", respectivamente):

- (i) notificação enviada pela Emissora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, ao Agente Fiduciário e aos titulares de Debêntures, contendo a data e o procedimento de Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, conforme o caso, incluindo: (a) informação do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, conforme o caso, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura; (b) a data para o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa das Debêntures, conforme o caso, e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (c) as Condições do Resgate ou da Amortização (conforme abaixo definido); e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;
- (ii) o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa será feito por meio do pagamento do (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo devedor à época, caso seja Resgate Antecipado; (b) ou do efetivo valor a ser amortizado pela Emissora, no caso da Amortização Parcial Facultativa, observado os termos e limites definidos no item (iii) abaixo, em ambos os casos serão acrescidos da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, e, se for o caso, de Prêmio de Resgate Antecipado e Amortização Parcial Facultativa descrito no item 4.12.1.1. abaixo ("Condições do Resgate ou da Amortização").
- (iii) A Amortização Parcial Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as debêntures estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.

4.12.1.1. Observado o disposto no item 4.12.1.3 abaixo, a Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado ou de Amortização Parcial Facultativa para as Debêntures ("Prêmio de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa"):

- (i) de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) incidente sobre o efetivo valor do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa,

acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Parcial ou da Amortização Parcial Facultativa, calculado *pro rata temporis*, caso o Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa ocorra até o dia 10 de julho de 2013 contado da Data de Emissão, inclusive; e

- (ii) de 0,80% (oitenta centésimos por cento) incidente sobre o efetivo valor do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate, calculada *pro rata temporis*, caso o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa ocorra a partir de 10 de julho de 2013.

4.12.1.2. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado e Amortização Parcial Facultativa serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, conforme o caso.

4.12.2. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.12.3. A CETIP deverá ser comunicada da realização de Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

4.13. Vencimento Antecipado

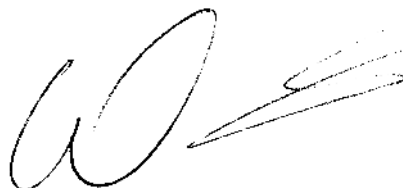
4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, da Emissora, da Garantidora ou de suas controladas e/ou coligadas;



- (ii) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Garantidora;
- (iii) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, na data de seu vencimento;
- (iv) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo descumprimento, quando não houver prazo diverso expressamente definido na presente Escritura de Emissão;
- (v) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora e/ou de suas controladas, controladoras, ou coligadas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da ocorrência do protesto, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia em juízo, no valor do(s) protesto(s);
- (vi) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, da Garantidora, e/ou de suas controladas e/ou coligadas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, ficando estabelecido que não será caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures caso a Emissora, a Garantidora e/ou suas controladas e/ou coligadas, conforme o caso, contestem e evitem a formalização do referido inadimplemento ou vencimento antecipado, mediante negociação entre partes ou medidas judiciais ou arbitrais cabíveis;
- (vii) não cumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, a Garantidora e/ou suas controladas e/ou coligadas, que sejam consideradas relevantes para o negócio da Emissora, em valor agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (viii) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique a concessão do direito de retirada, desde que haja a consequente saída de, pelo menos, 32% (trinta e dois por cento) de acionistas da Emissora, exclusivamente em decorrência de tal alteração;

- (ix) pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;
- (x) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) se a garantia prevista nesta Escritura de Emissão: (a) for objeto de questionamento judicial legítimo pela Emissora, pela Garantidora ou por terceiros; (b) não for devidamente constituída; (c) for anulada; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- (xii) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias envolvendo a Emissora, que possam afetar adversamente as condições financeiras da Emissora;
- (xiii) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (xiv) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (xv) não observância pela Emissora dos índices e limites financeiros previstos no item xvi abaixo, calculados pela Emissora com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada trimestre, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures.
- (xvi) a Emissora não deverá incorrer em dívida, nem permitirá que suas controladas o faça, a menos que, na data de formalização de tal dívida, a Dívida Líquida em



relação ao EBITDA na data dessa emissão seja inferior a 3,50 vezes, ressalvada, contudo que a Emissora e qualquer controlada poderão incorrer nas seguintes modalidades de dívida ("Dívidas Permitidas"):

(1) dívida da Emissora ou de qualquer controlada desde que tal dívida estiver subordinada em direito de pagamento das Debêntures;

(2) dívida ("Dívida Permitida de Refinanciamento") que constitua prorrogação ou renovação de dívida pendente na ocasião, reposição ou substituição dela, ou emitida em troca dela, ou cujo produto líquido seja utilizado para amortizar, resgatar, recomprar, refinanciar ou reembolsar, incluindo por meio de revogação (todos os acima, para os fins desta cláusula, "refinanciamento"), em quantia que não deverá ultrapassar a quantia principal da dívida assim refinanciada, mais ágios, comissões e despesas; *sendo certo* que:

(A) a dívida a ser refinanciada esteja subordinada às Debêntures;

(B) a nova dívida não terá vencimento anterior ao vencimento da dívida a ser refinanciada;

(C) a dívida da Emissora não poderá, em nenhuma hipótese, ser refinanciada consoante esta cláusula por meio de dívidas de qualquer controlada; e

(D) a dívida incorrida nos termos dos itens (1), (4), (5), (9), (10) e (11) não poderá ser refinanciada consoante esta cláusula;

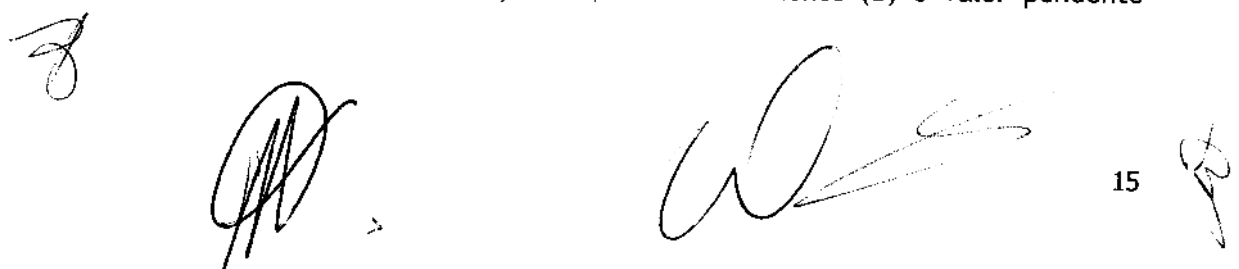
(4) contratos de hedge da Emissora ou de qualquer controlada celebrados no curso normal dos negócios para fins de limitar os riscos associados aos negócios da Emissora e de suas controladas, desde que não sejam para fins especulativos;

(5) dívida da Emissora ou de qualquer controlada em relação a cartas de crédito e aceites bancários emitidos no curso normal dos negócios;

(6) dívida adquirida, desde que após fazer valer a sua contabilização, a Emissora possa incorrer pelo menos o equivalente em moeda nacional a US\$ 1,00 de dívida segundo a Dívida Líquida em relação ao EBITDA estipulado no parágrafo (a);

(7) dívida da Emissora ou de qualquer controlada em aberto na Data de Emissão;

(8) dívida da Emissora ou de qualquer controlada, podendo incluir arrendamentos de bens, incorrida na Data de Emissão ou depois dela, mas desde que no máximo 365 dias após a data de compra ou conclusão da construção ou de benfeitoria de imóveis para fins de financiamento da totalidade ou de qualquer parte do preço de compra ou do custo de construção ou benfeitoria, ressalvado que o valor principal de qualquer dívida incorrida nos termos desta cláusula não poderá ultrapassar (A) o equivalente, em moeda nacional, a US\$45 milhões menos (B) o valor pendente



global da Dívida Permitida de Refinanciamento incorrida para refinarciar dívidas incorridas de acordo com esta cláusula;

(9) dívida da Emissora ou de qualquer controlada incorrida para pagar a totalidade ou parte do preço de compra ou do arrendamento de (A) equipamentos e veículos até um valor global não superior ao equivalente, em moeda nacional, a US\$3 milhões (três milhões de dólares norte americanos), e (B) aeronaves até um valor global não superior ao equivalente, em moeda nacional, a US\$3 milhões (tres milhões de dólares norte americanos); desde que, em cada cláusula (A) e (B), os equipamentos, veículos ou aeronaves sejam usados no curso normal dos negócios da Emissora ou de suas controladas;

(10) dívida da Emissora ou de qualquer controlada que seja tomada para garantir o pagamento das Debêntures;

(11) dívida da Emissora ou de qualquer controlada incorrida para fins de capital de giro em qualquer quantia, mas desde que não superior ao equivalente, em moeda nacional, a US\$45 milhões (quarenta e cinco milhões de dólares norte americanos); e

(12) dívida da Emissora ou de qualquer controlada incorrida na Data de Emissão ou depois dela de outras formas não permitida em valor não superior ao equivalente, em moeda nacional, a US\$45 milhões (quarenta e cinco milhões de dólares norte americanos).

Para os fins deste inciso xvi, considera-se como "Dívida Líquida" a somatória da (i) rubrica de empréstimos em dinheiro, incluindo (i) as obrigações decorrentes da emissão de bônus, debêntures, notes ou outros instrumentos similares, (ii) as obrigações decorrentes de linhas de crédito, aceite bancário ou instrumentos similares, com exceção à troca de cartas de crédito ou aceites bancários, emitidos em função de troca de duplicatas a pagar que ainda não esteja vencida na apresentação ou, caso vencida, haja prazo de 10 (dez) dias para seu pagamento, (iii) todas as obrigações de retenção, não pagas, de preço de pagamento de bens ou serviços, todas as obrigações de venda, com exceção de troca de duplicatas decorrentes do curso normal das atividades, (iv) todas as obrigações de arrendatário em contratos de arrendamento de bens, (v) as dívidas de terceiros garantidas por ônus em ativos, independentemente de tal dívida ser assumida ou não, e (vi) todas as obrigações decorrentes de contrato de hedge da Emissora e suas subsidiárias, menos caixa e disponibilidades consolidados e valores mobiliários negociáveis, registrados como ativos a curto prazo; Para os fins deste inciso xvi, considera-se como "EBITDA" a (i) receita operacional líquida consolidada, menos (ii) o custo consolidados dos bens e serviços vendidos, (iii) as despesas de venda e gastos gerais e administrativo, mais (iv) lucro operacional e não operacional

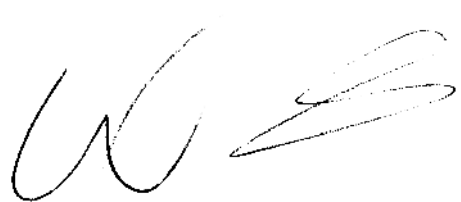
líquido, mais (v) qualquer depreciação ou amortização e despesas ou perdas não recorrentes ou financeiras, incluídas na consolidação de custos de bens vendidos e serviços prestados, despesas de venda e gastos gerais e administrativos.

Para o cálculo da relação acima, considerar-se-á o efeito *pro forma* na ocorrência de Dívida durante ou após o período de referência, na medida em que a Dívida esteja pendente ou em vias de ocorrer, na data da transação, como se tal Dívida existisse no primeiro dia de tal período de referência. Considera-se o efeito *pro forma*, no caso de (i) aquisições ou alienações de sociedades, negócios ou ramos de atividade pela Emissora, e suas subsidiárias, incluindo aquisição ou alienação de sociedade, negócios ou ramos de atividade desde que uma empresa se tornou uma subsidiária da Emissora; e (ii) interrupção de qualquer atividade que tenha ocorrido desde o começo de determinado período, de forma que tal evento tenha ocorrido no primeiro dia de tal período. Na medida em que o efeito *pro forma* deverá ser considerado na aquisição ou alienação de sociedades, negócios ou ramos de atividade, o seu cálculo será (i) baseado no encerramento de exercício fiscal considerando quatro trimestres completos, para o qual a informação financeira relevante esteja disponível e (ii) determinado de boa-fé pelo diretor financeiro da Emissora.

Independentemente de qualquer disposição em contrário, o valor máximo da Dívida que a Emissora e suas Subsidiárias poderão incorrer nos termos desta cláusula, não será considerada ultrapassada, com relação a qualquer Dívida pendente, exclusivamente em decorrência de flutuações na taxa de câmbio de moedas;

Nem a Emissora nem a Garantidora poderão incorrer qualquer Dívida que seja subordinada em direito de pagamento a outras Dívidas da Emissora ou da Garantidora, a menos que essa Dívida também esteja subordinada em direito de pagamento aos títulos ou à Garantia em termos substancialmente idênticos. Para evitar dúvidas, nenhuma Dívida será considerada subordinada em direito de pagamento a nenhuma outra Dívida exclusivamente em razão de estar não segurada ou segurada em base de quaisquer ônus, primários ou secundários.

Para fins de determinação do cumprimento do aqui disposto, na hipótese de qualquer Dívida atender aos critérios de mais de uma das categorias de Dívidas Permitidas descritas nos itens (1) a (12) acima, ou poder ser incorrida consoante os termos descritos acima, a Emissora e suas Subsidiárias poderão classificar esse item



da Dívida na ocasião em que for incorrida, de modo a encaixar em tal obrigação ou, posteriormente, reclassificar a totalidade ou parte desse item da Dívida.

- (xvii) exclusivamente em relação à Emissora, a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das suas atividades, que possam afetar adversamente as condições financeiras da Emissora;
- (xviii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora;
- (xix) a Emissora não incorrerá nem permitirá que exista e não permitirá que nenhuma subsidiária, direta ou indiretamente, incorra ou permita que exista nenhum gravame, de qualquer natureza que seja, sobre quaisquer de seus bens móveis ou imóveis, quer possuídos na Data de Emissão quer adquiridos depois dela, a não ser Gravames Permitidos (conforme definição abaixo), sem efetivamente estabelecer que as Debêntures sejam garantidos igual e proporcionalmente às obrigações (ou, se a obrigação a ser garantida pelo gravame estiver subordinada em direito de pagamento às Debêntures ou à garantia, antes das obrigações). São considerados, para fins desta Escritura, os seguintes gravames aos bens móveis e imóveis da Emissora ("Gravames Permitidos"):
 - (1) gravames existentes na Data de Emissão;
 - (2) gravames garantindo as Debêntures;
 - (3) gravames incorridos no curso normal dos negócios não em garantia de dívidas e, no todo, não diminuindo substancialmente o valor dos imóveis ou seu uso no funcionamento dos negócios da Emissora e de suas subsidiárias;
 - (4) gravames sobre bens (incluindo ações do capital social) que garantem dívidas incorridas para fins de financiamento da totalidade ou de qualquer parte do preço de compra ou do custo de construção ou benfeitoria desses bens e que entram em vigor dentro de 365 dias após a data dessa compra ou da conclusão da construção ou da benfeitoria;
 - (5) gravames sobre bens de sociedade na ocasião em que essa sociedade passe a ser subsidiária da Emissora, desde que esses gravames não tenham sido criados em vista deles e não se estendam a nenhum outro bem da Emissora ou de qualquer subsidiária;

(6) gravames sobre bens na ocasião em que a Emissora ou qualquer das subsidiárias adquirir esses bens, incluindo qualquer aquisição por meio de incorporação ou fusão com ou na Emissora ou com ou em uma subsidiária dessa, *desde* que esses gravames não tenham sido criados em vista deles e não se estendam a nenhum outro bem da Emissora ou de qualquer subsidiária;

(7) qualquer gravame em favor de emissores de seguros de garantia ou cartas de crédito emitidas consoante o pedido e por conta da Emissora ou de qualquer subsidiária no curso normal dos negócios;

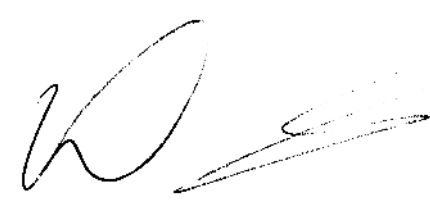
(8) qualquer gravame garantindo impostos, lançamentos e outros encargos governamentais, cujo pagamento ainda não seja devido ou esteja sendo contestado de boa-fé pelo processo adequado e para o qual tenham sido estabelecidas as reservas ou as outras provisões adequadas, se houver, conforme exigidas pelas normas de contabilidade existente no Brasil (GAAP Brasileiro);

(9) quaisquer direitos de compensação de qualquer pessoa em relação a qualquer conta de depósito da Emissora ou de qualquer subsidiária que surgirem no curso normal dos negócios;

(10) gravames garantindo contratos de hedge, na medida em que esses contratos referirem-se a dívidas que sejam, e possam ser nos termos da escritura, garantidas por um gravame sobre os mesmos bens que garantem esses contratos de hedge;

(11) prorrogações, renovações ou substituições de quaisquer gravames mencionados nos itens (1), (2), (5) ou (6) no inciso xvi do item 4.13.1., em relação ao refinanciamento das obrigações garantidas por eles, *desde* que esse gravame não se estenda a nenhum outro bem e, salvo conforme estabelecido na definição de "Dívida Permitida de Refinanciamento", o valor garantido por esse Gravame não sofra aumento;

(12) quaisquer gravames sobre o estoque ou os recebíveis da Emissora ou de qualquer subsidiária garantindo as obrigações dessa pessoa segundo quaisquer linhas de crédito ou linha de crédito de capital de giro ou em relação a qualquer financiamento estruturado de exportação ou importação ou outra operação comercial; *ressalvado* que a quantia principal global da dívida incorrida que for garantida por recebíveis que vencerem em qualquer ano calendário não deverá ultrapassar (a) em relação a operações garantidas por recebíveis de vendas de exportação, 80% da receita bruta consolidada da Emissora decorrente de vendas de exportação para o ano calendário imediatamente anterior; ou (b) em relação a operações garantidas por recebíveis provenientes de vendas nacionais (brasileiras), 80% da receita bruta consolidada dessa sociedade proveniente de vendas dentro do Brasil para o ano calendário imediatamente anterior; e *ressalvado*, ainda, que adiantamentos realizados por instituições envolvendo (a) Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC ou (b) Adiantamento sobre Contrato de Exportação - ACE não serão consideradas operações garantidas por recebíveis para fins do cálculo acima;



(13) quaisquer gravames concedidos para garantir empréstimo (i) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (incluindo empréstimos da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP), ou qualquer outro banco de desenvolvimento, ou agência de crédito, governamental brasileiro, ou (ii) qualquer banco de desenvolvimento ou agência patrocinada pelo governo, internacional ou multilateral; e

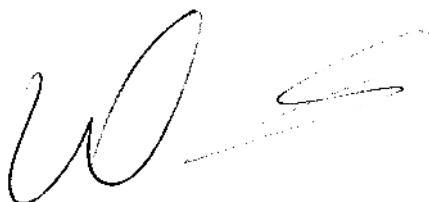
(14) outros gravames garantindo obrigações em quantia global não superior a 15% (quinze por cento) do ativo tangível líquido consolidado da Emissora.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (x) e (xii) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.13.2.1. Na ocorrência dos eventos previstos nos demais incisos do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.13.3. A não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.



Caso ocorra o pagamento citado no item 4.13.4, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos Jornais "O Estado de São Paulo" e "Diário de Barretos". A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.19. Fiança

4.19.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta, nesta Escritura de Emissão, fiança em favor dos titulares de Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme descritos a seguir.

4.19.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral cumprimento das obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão.

4.19.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão serão pagos pela Garantidora no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Garantidora pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão para pagamentos pela Emissora.

4.19.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827,

830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.19.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança.

4.19.6. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.19.7. A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas.

4.19.8. Em virtude da fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Barretos, Estado de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo registro na JUCESP desta Escritura de Emissão. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.19.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) em até 90 dias da data do encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) declaração de Diretor Corporativo da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão, em especial do item (xii) da Cláusula 4.13.1 desta

Escritura de Emissão; (iii) valor atualizado do patrimônio da Garantidora com data base em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior;

- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (iv) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (v) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento;
- (vi) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pela Garantidora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou da Garantidora, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão; e
- (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;



- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) fornecer aos Coordenadores, em tempo hábil, todas as informações razoáveis, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta das Debêntures. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e os Coordenadores por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (d) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (e) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (f) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (k) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (m) comparecer as Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (n) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (o) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

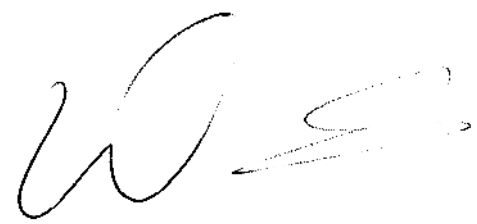
- (p) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (q) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (r) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (t) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (u) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (w) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (x) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (y) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de

computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- (z) fornecer ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, para fins de verificação do disposto no item 4.13.1 (xvi) acima, declaração e demonstrativo de cálculo da Emissora e da Garantidora, assinados pelos seus respectivos diretores estatutários, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do 1º (primeiro) semestre de cada ano;
- (aa) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (bb) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (cc) manter os documentos mencionados na alínea (r) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que realizadas dentro de critérios de razoabilidade e bom senso e dentro da função fiduciária que lhe é inerente, e previamente comunicadas a Emissora; e



- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA SEXTA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (l) verificou, com base nas informações dispostas no item 3.5 acima, a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (m) os representantes legais da Emissora e da Garantidora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.



6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$14.000,00 (quatorze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura, e as demais parcelas seguintes na mesma data dos anos subseqüentes;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado;
- (c) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de cinco dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo;
- (f) os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF, serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos;

- (g) as parcelas da remuneração referenciadas nos itens "a" e "b" acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;
- (h) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário;
- (i) fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados;
- (j) caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário;
- (k) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento; e
- (l) a remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

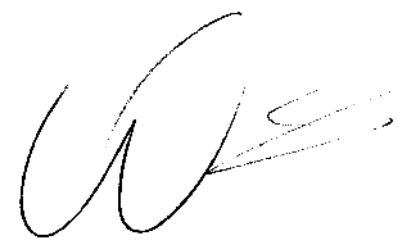
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada e previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar

todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora (i) até 30 de abril de cada ano; ou (ii) na mesma data da sua disponibilização na CVM e/ou para os acionistas da Emissora, o que ocorrer primeiro:

- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
- vii. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora.

(l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures dentro dos quatro meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- i. na sede da Emissora;
- ii. na sede do Agente Fiduciário;



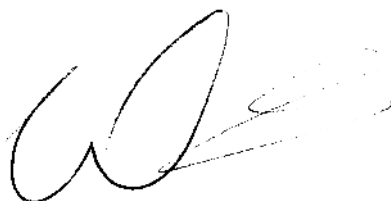
- iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e
 - v. no escritório dos Coordenadores.
-
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
 - (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
 - (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
 - (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
 - (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - (s) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora, através do site www.minerva.ind.br e do site www.pentagonotrustee.com.br; e
 - (t) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13 acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.



6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado (item 4.13), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.


7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora e a Garantidora, quando aplicável, neste ato declaram que:

- (a) a Emissora e a Garantidora são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a emissão, a colocação das Debêntures e a garantia não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Garantidora sejam partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em

- (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (f) as demonstrações financeiras da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) a Emissora não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (h) a Emissora cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (i) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;



- (k) esta Escritura de Emissão e a Fiança, prevista no item 4.19, constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (l) a Emissora e a Garantidora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e/ou da Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas a partir da data em que foram prestadas.

CLÁUSULA NONA - DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

MINERVA S.A.

Prolongamento da Avenida Antonio Manço Bernardes, s/nº,
Rotatória Família Vilela de Queiroz, Chácara Minerva
CEP 14781-545, Barretos - SP

At.: Sr. Fernando Galletti de Queiroz
Tel.: (17) 3321-3333
Fac-símile: (17) 3323-3041
E-mail: fernando@minerva.ind.br

Para a Garantidora:

VDQ HOLDINGS S.A.

Avenida 43, n.º 100, sala 02, Centro
CEP 14.780-425, Barretos - SP
At.: Sr. Edivar Vilela de Queiroz
Tel.: (17) 3321-3355
Fac-símile: (17) 3323-3041
E-mail: adriana@minerva.ind.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº4200, bl. 4, sala 514, Barra da Tijuca
At.: Sr. Marcelo das Costa Ribeiro
Tel.: 3385-4565
Fax: 3385-4046
E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br
trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 - Osasco - SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos:

Rua Libero Badaró, nº. 425 - 24º andar - Centro
São Paulo, SP CEP 01009-000
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111- 1564

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA DEZ - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e/ou da Garantidora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.8. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, na JUCESP e Cartório de Registro de Títulos e Documentos Competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.9. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

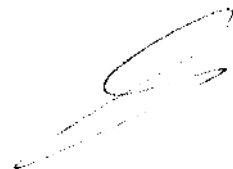
CLÁUSULA ONZE - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 7 de julho de 2010.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]



Página 1 (um) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, do Minerva S.A., celebrado em 7 de julho de 2010.



MINERVA S.A.



Nome: FERNANDO GALLETTI DE QUEIROZ
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: IBAR VILELA DE QUEIROZ
Cargo: DIRETOR DE SUPRIMENTOS

1º TABELÃO DE NOTAS - Rua 28 Nº952/954 - Barretos - SP
Reconheço por semelhança com valor 2 (dois) de: FERNANDO
GALLETTI DE QUEIROZ (58458), IBAR VILELA DE QUEIROZ (13348).
Dou fé.
Barretos - SP, 06/07/2010. Em test. da verdade.
Assinatura:

KELI PAULA DIAS DE GOES
Seg. 485.485550484940494852535050 Total: R\$10,00
* VALOR SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE *

1º TABELÃO DE NOTAS
Keli Paula Dias de
Escrevente Aut.





Página 2 (dois) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, do Minerva S.A., celebrado em 7 de julho de 2010.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

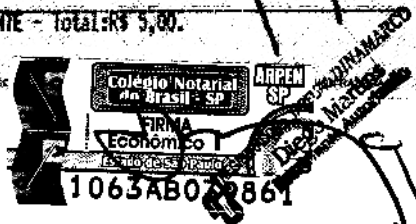
Mariza Lago Zanotti
Nome: MARIZA LAGO ZANOTTI
Cargo: PROCURADORA



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO 30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA
Av. Padre Antônio José dos Santos, 1568 / 1572 - CEP 04563-004 - Brooklin - São Paulo - SP - Tel: (11) 5506-5744
REGISTRADOR E TABELIÃO DINAMARCO

Recebi por assinatura em documento com valor econômico e firma(s) de:
MARIZA LAGO ZANOTTI
Do fe. SÃO PAULO, 07 de julho de 2010.
Em testemunho da Verdade.

DIEGO MARTINS - ESCRIVENTE - Total R\$ 5,00.
Selo(s): 39861-AB.



Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten signature

Página 3 (três) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, do Minerva S.A., celebrado em 7 de julho de 2010.

VDQ HOLDINGS S.A.



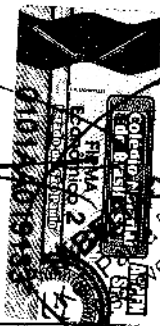
Nome: EDIVAR VILELA DE QUEIROZ
Cargo: PRESIDENTE



Nome: Antonio Vello de Oliveira
Cargo: Diretor - Vice Presidente

1º TABELÃO DE NOTAS - Rua 20 Nº952/994 - Barretos - SP
Reconheço por semelhança com valor 2 (dois) de: ANTONIO
VILELA DE QUEIROZ (584581), EDIVAR VILELA DE QUEIROZ (584600).
Dou fé.
Barretos - SP, 08/07/2010. Em test. da verdade.
Assinatura:


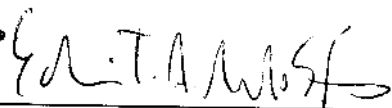
KELI CARLA DIAS DE GOES
Seq. 4856485550484948494852535355 Total: R\$10,00
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE





1º TABELÃO DE NOTAS
KELI CARLA DIAS DE GOES
Licenciada Autorizada

Página 4 (quatro) de 4 (quatro) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, do Minerva S.A., celebrado em 7 de julho de 2010.

Testemunhas:

Nome: Edison Ticle de A. Melo Souza Filho
RG: 27.950.462-7
CPF: 296.300.606.85



Nome: Jairo Ponon Ferreira
RG: 14.212.089-9 SSP/SP
CPF: 082.849.128.43

1º TABELÃO DE NOTAS - Rua 20 Nº952/954 - Barretos - SP
Reconheço por semelhança em valor 2 (duas) de: JAIRO
ROMAN FERREIRA (72042), EDISON TICLE DE AMORDE MELO E SOUZA
FILHO (72497), Dou fé.
Barretos - SP, 08/07/2010. Em test. da verdade.
Assinatura:

KELLI PAULA DIAS DE GOES
Seg. 48564835548494849485232352 Total: R\$10,00
* VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE *



1º TABELÃO DE NOTAS
de Goes
e Autorizada